



UNILAB

**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA
LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
CAMPUS DO MALÊS
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS**

MARIA HELOÍSA LIMA DOS SANTOS

**TRAJETÓRIAS SUBALTERNIZADAS: MULHERES NEGRAS
TRABALHADORAS DOMÉSTICAS E O ACESSO DAS/OS
FILHAS/OS AO ENSINO SUPERIOR**

São Francisco do Conde
2018

MARIA HELOÍSA LIMA DOS SANTOS

**TRAJETÓRIAS SUBALTERNIZADAS: MULHERES NEGRAS
TRABALHADORAS DOMÉSTICAS E O ACESSO DAS/OS
FILHAS/OS AO ENSINO SUPERIOR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Humanidades e Letras da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira - UNILAB, como requisito para obtenção do título de Bacharela em Humanidades.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Cristiane Santos Souza.

São Francisco do Conde
2018

MARIA HELOÍSA LIMA DOS SANTOS

**TRAJETÓRIAS SUBALTERNIZADAS: MULHERES NEGRAS TRABALHADORAS
DOMÉSTICAS E O ACESSO DAS/OS FILHAS/OS AO ENSINO SUPERIOR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Humanidades e Letras da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira - UNILAB, como requisito para obtenção do título de Bacharela em Humanidades.

DATA DE APROVAÇÃO: 27 de outubro de 2018.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Cristiane Santos Souza (Orientadora)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof.^a Dr.^a Ana Claudia Gomes de Sousa

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Márcio André de Oliveira Santos

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Dedico este trabalho à minha mãe, Maria da Conceição Lima, mulher negra resistente e muito carinhosa, que sempre me incentivou a estudar. Foi através da trajetória de sua vida que motivaram os objetivos deste projeto. Também, o dedico a todas e todos que, de alguma forma contribuíram para a realização desse trabalho.

AGRADECIMENTOS

À meus (minhas) ancestrais, por terem construído as bases para que eu estivesse aqui ocupando esse espaço.

À minha mãe, Conceição, mulher negra e batalhadora, por sempre ter me incentivado a estudar e mais que isso, por ter sido essencial para a minha entrada e permanência na Universidade até a conclusão da graduação.

À minha família e amigos, que com todo seu amor e carinho foram fundamentais para o processo de construção desse projeto, dando-me equilíbrio e força.

À todas/os as/os professoras/es que marcaram a minha trajetória de vida e contribuíram para o processo de minha formação acadêmica, e em particular a minha orientadora, Cristiane Santos Souza, com todo apoio teórico e atenção, contribuiu para a produção do conhecimento produzido.

À meus colegas de curso, irmãos do continente africano de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Moçambique, e meus irmãos e irmãs da diáspora que juntos integramos a universidade mais negra do Brasil, a UNILAB.

À todas e todos, meu MUITO OBRIGADA!

“Quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela”

Angela Davis

SUMÁRIO

1. Introdução.....	10
2. Tema.....	13
2.1. Delimitação do tema.....	13
3. Objetivos.....	14
3.1. Objetivo geral.....	14
3.2. Objetivos específicos.....	14
4. Justificativa	15
5. Revisão de Literatura	18
6. Metodologia.....	28
7. Cronograma.....	32
8. Considerações Finais.....	33
Referências.....	34

1. INTRODUÇÃO

Beatriz Nascimento¹ nos disse certa vez que a História do Brasil foi escrita por mãos brancas e, sobre os negros, contaram apenas uma parte dessa história e, quando ela não foi omissa, deformou tratando apenas da escravidão, deixando de lado outras formas do negro viver no Brasil². Dessa História com H foi reservado às mulheres negras trabalhadoras domésticas o lugar da subalternização, não levando em conta a importância do seu legado para a construção da história do Brasil.

Aos 11 anos de idade Maria da Conceição Lima, minha mãe, saiu de sua terra natal, Baixa Grande-Ba, a 252 km de distância da capital, para tentar uma vida mais digna do que aquela que havia sido submetida. Porém, mesmo com o amor e cuidados dos seus pais, meus avós, àquela época, década de 1970, era da discoteca, crise do petróleo e ditadura civil e militar do Brasil³, as condições de vida para a população negra não garantiam políticas públicas suficientes de reparação social, o que levou ao chamado êxodo rural de muitas pessoas⁴. Sem expectativa de vida o trabalho doméstico tornou-se uma das únicas formas para sua sobrevivência, e assim como muitas mulheres negras, foi rapidamente inserida no contexto do trabalho servil, que à época, mesmo com alguns avanços muitas delas não tinham onde morar, restando-lhes trocar sua força de trabalho por moradia e alimentação. Percebe-se que não mudou tanto assim os traços do período escravocrata.

Apesar de tais condições, conviver em ambientes onde a educação era prioridade proporcionou a minha mãe um incentivo a mais a continuar sua vida estudando, mesmo nos horários alternativos de trabalho. Obteve apoio por parte de algumas famílias, a qual dedicou longos anos de sua vida, a dar continuidade nos estudos o que lhe garantiu adquirir o segundo grau completo. Estudou num dos colégios referência em Salvador, o Colégio Estadual da Bahia, o Central, local onde pôde ter uma educação mais digna diante da situação geral de outras instituições de

¹ Maria Beatriz Nascimento (1942-1995) foi uma historiadora, poeta e ativista pelos direitos humanos de negros e mulheres, nascida em Sergipe, autora de um importante documentário que conta a história de sua vida, *Orí*, lançado em 1989 nos cinemas.

² Transcrição do documentário "O negro, da senzala ao soul". Direção: Gabriel Priolli e Delfino Araújo. São Paulo: TV Cultura, 1977. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=5AVPrXwxh1A&t=4s>>. Acesso em: 10 set. 2018.

³ Que compreendeu o período de 1 de abril de 1964 até 15 de março de 1985.

⁴ Migração populacional do campo para a cidade muito recorrente no Brasil na segunda metade do século XX com o processo de industrialização tardia. Sobre o processo de urbanização brasileira ver mais em: <http://www.ead.uepb.edu.br/arquivos/cursos/Geografia%20-%20Reing/Geografia%20Urbana/Geo_Urb_A05_WEB_ZBM_SF_SI_SE_161209.pdf>

ensino, passando a valorizar ainda mais os estudos e legando à suas três filhas essa valorização.

Hoje, podendo ter o “privilégio” de cursar o ensino superior, pude perceber que além de mim outras/os jovens negras/os trazem consigo muitas histórias de sucesso tais quais a da minha mãe, e que são fundamentais para a constituição da nossa sociedade e, por conseguinte, devem ser mencionadas quando se fala em formação da História do Brasil, pois sua trajetória de vida também a compõe. No entanto, às mulheres negras foi relegada a história da subalternização. Subalternização dos seus corpos, de seus conhecimentos e da sua própria existência. Através da invisibilização tentou-se apagar esse legado, mas sempre houve resistência.

A ciência moderna com o apoio do capitalismo tornou a Europa referência da humanidade, tendo o homem branco heterossexual como padrão normativo e modelo de sujeito a ser seguido, bem como a cultura europeia, e tudo que descende dela, como única depositária de conhecimento e da Razão (universal), colocando-se como superior as demais culturas. Com isso, estabeleceu-se um processo de hierarquizações entre sujeitos, povos e culturas diversas, em que a cultura e o conhecimento do *branco*⁵ são considerados superiores em relação aos demais grupos raciais, o que no caso do Brasil foi escamoteado pelo mito da democracia racial.

Com os avanços dos debates do movimento negro e de mulheres no Brasil no século passado, podemos perceber uma demanda crescente de produções acadêmicas feitas a partir de mãos negras, o que possibilitou mudanças significativas na produção do conhecimento. E é nesse sentido, que esse projeto de pesquisa, busca analisar a importância dessas mulheres para a formação da história do Brasil, sendo guiado pela questão: *Qual a relação das mulheres negras, trabalhadoras domésticas, no acesso e permanência de jovens negras/os no ensino superior, após a implementação das ações afirmativas na educação?* Tendo-se como hipótese, que elas são fundamentais no acesso e permanência dessas/es jovens na educação, mesmo com a implementação de políticas de ações afirmativas, configurando-se como sujeitos primordiais nesse processo.

⁵ Refiro-me aqui não somente a cor da pele, mas ao sistema de padrão cultural normativo.

Os objetivos que guiam esse projeto consistem em fazer uma análise da importância das mulheres negras trabalhadoras domésticas no acesso, permanência e formação dos seus filhas/os no ensino superior, a partir de relatos de trajetórias de vida, formulando pesquisas acadêmicas a fim de visibilizar o papel dessas mulheres na transformação da sociedade, além de fornecer aporte teórico para criação de políticas públicas para redução das desigualdades sociais, tais como racismo, violência de gênero e de classe. Assim, para a concretização da pesquisa, que visa investigar a relação dessas temáticas, este trabalho contará com uma abordagem qualitativa na sua investigação. Para isso, levantará materiais bibliográficos fazendo uma revisão da literatura já construída, com apoio de análise de documentação, e realizando entrevistas para colher relatos de histórias de vida de famílias cujas/os filhas/os acessaram o ensino superior.

Diante disso, esse trabalho se faz necessário na medida em que constitui uma produção do conhecimento sobre assuntos que interligam conceitos analíticos de extrema importância para uma revalorização do papel das mulheres negras na Bahia e no Brasil, bem como caracterizar o perfil de jovens negras/os que acessaram o ensino superior, tornando-se central para as publicações de textos sobre esses conteúdos. Deste modo, estrutura-se por meio do referencial teórico, que aprofunda os temas aqui apresentados, a saber: as temáticas de raça, gênero e classe, e das condições de vida das trabalhadoras domésticas, bem como de jovens negras/os que acessaram as universidades, caracterizando o objeto abordado, assim trazendo sua importância para a pesquisa acadêmica e relevância social. Para isso, serão feitas entrevistas com famílias na cidade de Salvador cujas/os filhas/os acessaram os cursos de História, Medicina, Letras, Ciências Sociais e Comunicação na Universidade Federal da Bahia entre o período de 2005 a 2018, buscando na metodologia proposta os passos que serão realizados para atingir os objetivos aqui apresentados, sempre fazendo o levantamento dos referenciais que apoiam a tese apresentada.

Partindo destas orientações, este trabalho abordará o seguinte objeto: as trabalhadoras domésticas na capital na Bahia constituem uma categoria marcada pelas violências históricas do racismo, das discriminações de classe e gênero, que limitam a sua mobilidade social; no entanto, elas têm contribuído substancialmente para o acesso e formação dos seus filhas/os ao ensino superior paralelo às políticas

de ações afirmativas, “demonstrando que apesar de que” “a escravidão da mulher negra foi marcada não só pelo duro trabalho doméstico e de lavoura, como pela obrigatoriedade de exercer funções relacionadas ao gênero **como também o é nos tempos atuais**” (RODRIGUES; LIMA, 2016, p. 8, grifo meu), essas mulheres vêm mudando o quadro de sua geração, sendo fator *sine qua non* no acesso e formação dos seus filhas/os ao ensino superior.

2. TEMA

Mulheres negras, trabalhadoras domésticas e o acesso das/os filhas/os ao ensino superior.

2.1 DELIMITAÇÃO DO TEMA

Importância das mulheres negras trabalhadoras domésticas para o acesso e permanência de jovens negras/os ao ensino superior, através de uma análise qualitativa focada nas histórias e trajetórias de vida de famílias negras cujas/os filha/os entraram no curso de História, Medicina, Letras, Ciências Sociais e Comunicação da Universidade Federal da Bahia entre 2005 a 2018 pelas políticas de ações afirmativas.

3. OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

- O objetivo geral consiste em analisar a importante relação das mulheres negras trabalhadoras domésticas no acesso, permanência e formação das/os filhas/os ao ensino superior, formulando pesquisas acadêmicas a fim de visibilizar o papel das mulheres negras na transformação da sociedade e fornecer aporte teórico para criação de políticas públicas para redução das desigualdades sociais.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Levantar materiais bibliográficos, fazendo uma revisão dos principais trabalhos realizados sobre a temática das trabalhadoras domésticas negras na Bahia e no Brasil.
- Fazer análise de documentação nos arquivos da universidade dos/as estudantes cotistas que acessaram o curso de licenciatura em História, Medicina, Letras, Ciências Sociais e Comunicação da Universidade Federal da Bahia entre 2005 a 2018, além de analisar os dados do censo brasileiro sobre o trabalho doméstico na Bahia;
- Realizar entrevistas com as famílias cujas mães são ou foram trabalhadoras domésticas e tenham uma relação direta no acesso e permanência das/os suas filhas/os ao ensino superior, utilizando-se de relatos de histórias de vidas;
- Contribuir para a problematização e formulação de referências teóricas e metodológicas voltadas para criação de políticas públicas direcionadas para redução das desigualdades sociais.

5. JUSTIFICATIVA

O tema aqui abordado parte de uma preocupação de ordem teórica e prática da realidade das mulheres negras na condição de trabalhadoras domésticas na Bahia e no Brasil, procurando analisar a sua contribuição para a formação educacional das/os filhas/os com foco para o ensino superior. Pretende-se destacar as relações que existem nesse processo, permitindo, portanto, além da produção do conhecimento sobre esses sujeitos subalternizados na literatura brasileira, contribuir com base teórica na produção de políticas públicas de combate às desigualdades estruturais, tais como: racismo, violência de gênero e de classe, colaborando para uma escrita da história a partir das mulheres negras, ou escrita por mãos pretas. Com isso, fazendo os recortes e especificidades dos quais suas trajetórias de vidas são constituídas: das intersecções de gênero, raça e classe. Dessa maneira, compreender os processos de injustiças sociais na qual as mulheres negras são submetidas, e poder contribuir, assim, para a transformação dessa realidade.

Este projeto se faz relevante na medida em que constitui uma produção do conhecimento sobre assuntos que interligam conceitos analíticos de extrema importância para uma revalorização do papel das mulheres negras na Bahia e no Brasil, tornando-se central para as publicações de textos sobre esses conteúdos. Nesse sentido, é imprescindível buscar alternativas que tragam outros olhares para o papel desses agentes sociais na construção da sociedade brasileira, contribuindo assim para sua formação.

As lutas do movimento negro brasileiro no século XX possibilitou a articulação da criação da Lei 10.639/2003⁶ determinando a obrigatoriedade do ensino da Cultura Africana e Afro-Brasileira e no ensino básico público e privado. Esta Lei é abordada por Nilma Lino Gomes em seu artigo *Limites e possibilidades da implementação da Lei 10.639/03 no contexto das políticas públicas em educação*⁷, onde destaca que:

A Lei 10.639/03 e suas diretrizes curriculares nacionais são fruto de um processo de lutas sociais e não uma dádiva do Estado. Uma política pública voltada para a diversidade étnico-racial precisa

⁶ Lei alterada pela Lei 11.645 de 2008, passando a incluir também a história e cultura dos povos indígenas.

⁷ Retirado do livro *Caminhos convergentes: Estado e Sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil*. Organizado por Marilene de Paula e Rosana Heringer. Rio de Janeiro, 2009.

reconhecer e dialogar com as lutas históricas da população negra. Uma luta que pode ser considerada repleta de iniciativas e práticas afirmativas, antecessoras e inspiradoras da atual demanda por políticas de ação afirmativa realizada pelo movimento negro nos dias atuais e, aos poucos, implementadas pelo Estado. (GOMES, 2009, p.41)

No entanto, apesar desses e outros avanços nas políticas de ações afirmativas voltadas para os segmentos étnico-raciais, a realidade na qual as/os jovens negras/os são submetidas no Brasil ainda requer mudanças profundas, e consequentemente essas/es jovens não estão conseguindo acessar tais políticas, pois em sua maioria estão em situação de vulnerabilidade extrema, no que tange ao acesso aos direitos fundamentais⁸, somando-se entre os piores indicadores sociais. O estado precisa garantir tais condições para que a juventude possa usufruir dos seus direitos, no entanto, os índices mostram que isso não está sendo feito de forma efetiva.

De acordo com o estudo produzido pelo Atlas da Violência de 2017⁹, o perfil das vítimas de homicídios no Brasil é de jovens negros. Ou seja, são os jovens negros os principais alvos de violência, evidenciando a alarmante brutalidade policial promovida pelo aparato do Estado e legitimada pela sociedade, principalmente produzida pela grande mídia. Diariamente somos surpreendidos com notícias de chacinas causadas por operações policiais, com o escudo de uma falida política de combate às drogas, quando na verdade o que vem ocorrendo é o extermínio da população negra. No ano de 2015 os dados demonstram que:

O Brasil registrou, em 2015, 59.080 homicídios. Isso significa 28,9 mortes a cada 100 mil habitantes. Os números representam uma mudança de patamar nesse indicador em relação a 2005, quando ocorreram 48.136 homicídios. [...] A cada 100 pessoas assassinadas no Brasil, 71 são negras. De acordo com informações do Atlas, os negros possuem chances 23,5% maiores de serem assassinados em relação a brasileiros de outras raças, já descontado o efeito da idade, escolaridade, do sexo, estado civil e bairro de residência.

Importante mencionar essas informações, porque evidenciam a situação de vulnerabilidades sistêmicas em que a juventude negra está submetida. O Estado brasileiro precisa se responsabilizar pelas mazelas sofridas por esses jovens e fazer

⁸ Refiro-me aqui aos direitos básicos individuais, sociais, políticos e jurídicos que são previstos na constituição federal.

⁹ Estudo realizado pelo IPEA e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2017. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/porta/index.php?option=com_content&view=article&id=30253>.

mudanças em suas instituições, na medida em que é por meio de suas forças armadas e militares que uma parcela considerável da população que vem tendo suas vidas interrompidas decorrentes de “operações legais e operações de guerra” da Segurança de Pública. Ouso a dizer que se as Secretarias de Educação, Saúde e Cultura estivessem mais presentes nos bairros periféricos de forma permanente, como o faz a de Segurança Pública, talvez possamos produzir e perceber as mudanças reais na sociedade, com mais oportunidades para quem mais precisa.

Diante disso, podemos concluir que parte da juventude negra em situação de vulnerabilidade social, que não são assistidas pelas políticas públicas de reparação de desigualdades, reúnem a maior parcela dos índices de vítimas da violência policial. Conforme mostra o mesmo Atlas:

Os dados sobre mortes decorrentes de intervenção policial apresentam duas variações: as analisadas por números do SIM na categoria “operações legais e operações de guerra” (942) e os números reunidos pelo FBSP (3.320) em todo o país. Os estados que mais registraram homicídios desse tipo pelo SIM em 2015 foram Rio de Janeiro (281), São Paulo (277) e Bahia (225). Pelos dados do FBSP, foram registrados em São Paulo 848 mortes decorrentes de intervenção policial, 645 no Rio de Janeiro 645 e 299 na Bahia.

Não obstante, muitas mães, mulheres negras trabalhadoras domésticas, as quais eu refiro, acabam tornando-se uma das principais molas propulsoras que garantem a permanência dos jovens na educação, dando-lhes apoio financeiro e emocional, físico e psicológico. Muitas vezes essas mulheres se somam às milhares mães que diariamente perdem suas filhas/os para a violência do Estado, tornando-se parte do universo das *Mães de Maio*¹⁰, em meio ao um sistema de violência e desigualdades, e sem o apoio do Estado sobrevivem com a dor e as sequelas deixadas pela perda.

Por fim, esses dados foram mencionados para mostrar o entrecruzamento existente entre as implicações dos pertencimentos raciais em pessoas negras, ligando com os dados sobre a realidade das trabalhadoras domésticas na Bahia e no Brasil revelando sua importância para a história e cultura do Brasil, contribuindo, por conseguinte, para as pesquisas no campo das Ciências Sociais e da História.

¹⁰ Refiro aqui do movimento de mães, familiares e amigos/as de vítimas da violência do Estado, com sede em São Paulo. Para saber mais ver aqui: < <http://fundodireitoshumanos.org.br/projeto/maes-de-maio/>>

4. REVISÃO DE LITERATURA

O censo de 2010 demonstra que o trabalho doméstico representa 6% das ocupações do Brasil. E que segundo esse mesmo dado, apesar da crescente diminuição dos últimos anos, 60% desse contingente tem até o fundamental incompleto, com predominância da população negra 61,6% e majoritariamente feminina 94,4%. (RODRIGUES; LIMA, 2016, p. 1-2). Esses dados iniciais revelam a problemática dos pertencimentos sociais que articulam raça, classe e gênero, a partir da ocupação do trabalho doméstico, projetadas sobre as mulheres negras, mostrando o nível de vulnerabilidade a qual estão submetidas no âmbito das ocupações.

Apesar de algumas mudanças no cenário, no que se refere às ocupações no Brasil até 2015, as mulheres negras, continuam ocupando em maior número o trabalho doméstico, o que pode ser percebido com o estudo do IPEA sobre as desigualdades de gênero e raça¹¹:

O emprego doméstico ainda é a ocupação de 18% das mulheres negras e de 10% das mulheres brancas no Brasil em 2015. Sua importância no universo das ocupadas vem caindo num ritmo pouco acelerado ao longo das últimas décadas: em vinte anos, passou de 17,3% para 14,3% a proporção de ocupadas em trabalho doméstico. No entanto, se analisarmos a distribuição etária deste grupo ocupacional, notaremos que vem ocorrendo um envelhecimento significativo da categoria. Em 1995, mais de 50% das trabalhadoras domésticas tinham até 29 anos de idade (51,5%); em 2015, somente 16% estavam nesta faixa de idade.

Esses e outros estudos lançam mão de dados que nos ajudam a compreender o quadro geral da situação de desigualdades estruturais nos quais a população negra ainda é submetida no Brasil, indicando ao mesmo tempo a necessária mudança nessas mesmas estruturas, para que possamos almejar qualidades de vida mais dignas e igualitárias.

Apesar disso, através de muitas lutas já podemos perceber algumas transformações no panorama geral das condições de vida no que se refere ao trabalho doméstico, como é o exemplo da criação da “PEC das Domésticas” – nome popular que ficou conhecido para designar a Emenda Constitucional n.º 72 à

¹¹ Essas informações foram retiradas do estudo feito pelo IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada, *Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça - 1995 a 2015*. Disponível em < http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/170306_retrato_das_desigualdades_de_genero_ra_ca.pdf> Acesso: 22, set. 2018.

Constituição brasileira de 1988, tendo sido aprovada em 2013 e regulamentada por lei sancionada pela então presidenta Dilma Rousseff em junho de 2015. A “PEC das Domésticas” trouxe mudanças importantes quanto à equiparação de direitos, passando a contar com hora extra, seguro desemprego, adicional noturno e a indenização em caso de demissão sem justa causa, entre outros¹².

Uma das referências na luta do trabalho doméstico no Brasil é a Creuza Maria Oliveira, a qual não poderia deixar de citar nesse trabalho, pois sua trajetória é inspiração para muitas outras mulheres. Creuza é uma mulher negra baiana, natural de Santo Amaro da Purificação, ativista política, sindicalista e há mais dez anos preside a Federação Nacional de Trabalhadores Domésticos – Fenatrad, que, assim como muitas mulheres negras, começou a trabalhar desde a infância, tendo vivenciado várias violências físicas e psicológicas, bem como a de ficar fora da escola até a adolescência. Porém, Creuza fez da sua dor sua luta e na década de 1980 passou a integrar as lutas a favor das/os trabalhadoras domésticas/os. Em uma entrevista concedida a Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial em 2013¹³ ela relata um pouco sobre essas conquistas:

Nós tivemos conquistas importantes. Praticamente são 80 anos de organização sindical da categoria. A primeira foi criada em 1930. De lá para cá, a gente teve avanços importantes. A categoria é difícil de organizar, é dispersa, porque está cada uma em um apartamento, em uma casa. É uma categoria formada por mulheres, mulheres negras, na sua maioria. E a gente tem essa dificuldade de organização para mobilizar. A gente sempre diz que o trabalho doméstico é uma das profissões mais antigas do mundo, porém é um trabalho que ainda não é reconhecido pela sociedade. A gente vem tentando mostrar que tem valor social. Um valor social que não tem preço, não é palpável como outras categorias que as pessoas valorizam que dizem que dá lucro na empresa para os patrões. Mas a gente faz o trabalho que é o cuidar, o cuidado. São mulheres que estão lá, cuidando dos filhos de outras mulheres. E, diga-se de passagem, que são mulheres negras, cuidando dos filhos de mulheres brancas, enquanto os dela estão sem ninguém para cuidar. Falta creche, falta escola em tempo integral. Essas mulheres saem de suas casas, às 5 da manhã, retornando à noite. E ela não sabe com quem ficou seu filho, se estava em sala de aula, se teve aula [...]

¹² Ver mais no site do Governo Federal, disponível em < <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/10/fgts-e-obrigatorio-para-domesticos-a-partir-de-hoje-saiba-mais> > Acesso: 22, set. 2018.

¹³ Disponível no site da Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial: http://www.seppir.gov.br/portal-antigo/noticias/ultimas_noticias/2013/03/creuza-de-oliveira-fala-sobre-aprovacao-da-pec-das-domesticas. Acesso: 22, set. 2018.

Histórias de vida como a de Creuza registram a potência das mulheres negras para a transformação das desigualdades estruturais da nossa sociedade, uma vez que mesmo em busca de uma vida mais digna, carrega consigo outras mulheres que, iguais a ela, passou por diversas formas de opressão social a qual estão submetidas às mulheres negras, resistindo nas suas dores e fazendo delas sua luta.

Dialogando com o livro de Angela Davis¹⁴, *Mulher, Raça e Classe*, podemos ver como a prática do trabalho doméstico continua a ser recorrente mesmo após a abolição, o “patrão” mudou, mas a exploração e violências simbólicas permanecem no seio da sociedade — mesmo com rotinas diárias diferentes —, mantem viva uma tradição escravocrata com bases racista e patriarcal (capítulo 13).

Fazendo uma análise do período colonial ao pós-industrial, Davis também nos lembra do quanto o trabalho doméstico foi sendo desempenhado ao longo da história na sociedade estadunidense, fazendo um comparativo entre essa função desempenhada pelas mulheres negras e brancas, que se resume na seguinte passagem:

Como os seus homens, as mulheres negras trabalharam até não conseguirem trabalhar mais. Como os seus homens assumiram responsabilidades de prover as suas famílias. As qualidades femininas de assertividade e confiança pouco ortodoxas para as quais as mulheres negras foram louvadas, mas mais vezes repreendidas — são reflexos do seu trabalho e das suas lutas fora de casa. Mas como as suas irmãs brancas chamadas “donas de casa”, elas cozinham e limpam e foram cuidadoras e criaram um incontável número de crianças. Mas ao contrário das suas irmãs brancas, que dependiam do seu marido para a segurança econômica, às mulheres negras e mães, habitualmente trabalhadoras, raramente foi-lhes dado o tempo e a energia para serem peritas em domesticidade. Como as suas irmãs brancas trabalhadoras, que carregavam o duplo fardo de trabalhar para viver e servir os maridos e as crianças, as mulheres negras precisavam do alívio desta opressiva situação há muito, muito tempo. (DAVIS, p. 164, 1989)

No Brasil ainda vemos o trabalho doméstico, principalmente desempenhado pelas mulheres negras, ser desvalorizado, e mesmo que a categoria tenha conquistado avanços significativos — e o movimento contemporâneo de mulheres demonstrar isso —, a realidade é que esse tipo de trabalho ainda é lido como desonroso e, muitas vezes, degradante, quando não remunerados. Embora o lento processo de industrialização brasileira e a pressão de uma sociedade capitalista e

¹⁴ Respeitável ativista afro-americana que liderou na década de 1970 o movimento dos Panteras Negras nos Estados Unidos.

moderna mundial, a realidade é que não é interessante para o capitalismo aperfeiçoar o trabalho doméstico, pois “como o lucro de industrializar o trabalho doméstico será reduzido — como todas as empresas não rentáveis — é algo a ser banido” (DAVIS, p. 159, 1989); E completa dizendo que “a escassez, senão abstinência, de discussão pública sobre a viabilidade de transformar o trabalho doméstico numa possibilidade social testemunha os poderes cegos da ideologia burguesa” (idem, pp.164-165).

O entrecruzamento dos pertencimentos sociais que atingem as mulheres negras analisado no contexto apresentado anteriormente pode ser entendido pelo conceito da interseccionalidade. Termo este utilizado pela primeira vez por Kimberlé W. Crenshaw (1989), jurista afro-americana, para designar a interdependência das relações de poder de raça, sexo e classe, pretendendo atender uma demanda em lidar com o fato de que muitos dos problemas sociais sofridos por mulheres negras, como racismo e sexismo se sobrepõem, criando múltiplos níveis de injustiça social (CRENSHAW, 2016). Para exemplificar melhor o conceito, em uma palestra realizada no TED - Ideas Worth Spreading (em português: Ideias que merecem ser disseminadas) em outubro de 2016, ela convida uma pleiteia a refletir sobre a posição das mulheres de cor na sociedade estadunidense, relatando o caso de uma mulher afro-americana, não admitida após uma seleção de emprego numa fábrica, dizendo que:

[...] a experiência que deu início à ideia de interseccionalidade foi meu encontro casual com uma mulher chamada Emma de Graffenreid. Emma de Graffenreid foi uma mulher afro-americana, esposa, trabalhadora e mãe. Na verdade, eu li sobre sua história nas páginas de um parecer legal escrito por um juiz que recusara a alegação de Emma por discriminação de raça e de gênero contra uma fábrica automobilística. Emma, como muitas mulheres afro-americanas, buscava melhores ocupações para sua família e para outros. Ela queria construir uma vida melhor para seus filhos e para sua família. Mas ela se candidatou a um emprego e não foi contratada, e acreditou que não conseguira o emprego por ser uma mulher negra.

Em outras palavras, e trazendo para o contexto do Brasil, a história de Emma ilustra a invisibilização com a qual as problemáticas das mulheres negras são tratadas, criando, aqui e lá, várias dificuldades para lidar com especificidades das mulheres negras nas estruturas do Estado, impossibilitando, conseqüentemente, a criação de políticas públicas direcionadas para essas mulheres, refletido, por exemplo, na lentidão em aprovar Leis que repare desigualdades, como foi o caso da

“PEC das Domésticas”, entre outras. Portanto, uma vez que não se enxerga o problema, ou não se dá um nome para ele, não se pode resolvê-lo. Daí a importância do termo *interseccionalidade* para a pesquisa proposta aqui, em razão da multiplicidade de pertencimentos sociais e identitários a qual as mulheres negras carregam.

Outra face dessa trajetória é que as mulheres negras trabalhadoras domésticas trazem em suas histórias de vida uma preocupação comum pela educação, pois, muitas vezes, lhes foi negado este direito — tanto pela falta de oportunidade, quanto pela proibição condicionada pela situação de servidão — transferindo-os a suas filhas/os. Lembro-me da minha mãe enfrentando filas enormes na frente dos colégios públicos do centro de Salvador para tentar garantir uma vaga numa escola perto de casa, pois eram as que mais recebiam atenção do estado, comparada às escolas dos bairros periféricos. Ela sempre se esforçou para manter eu e minhas duas irmãs na escola, e mesmo pagando aluguel e com as contas a pagar, sempre preferia que estivéssemos estudando que trabalhando, pois, seu medo maior era que acabássemos na mesma condição que ela, “trabalhando para os brancos”, expressão que sempre usara. O medo da minha mãe era o medo de muitas mulheres negras na condição de trabalhadoras domésticas que não queria ver suas filhas/os na mesma situação, o medo que vivenciássemos todas as violências sofridas por ela e da qual lutava para livrar-se acabando por transferir muitos sonhos para suas filhas/os.

Hoje tenho uma compreensão maior do que significava para minha mãe esse medo, e sua preocupação para que estivéssemos sempre estudando, pois para ela este era o único caminho possível para libertar-se de tais condições. Mas essa luta pela educação é também a marca da luta do povo negro, que por muito tempo vem galgando espaços significativos no reconhecimento pelo lugar do negro na educação.

Assim como o exemplo do Brasil, nos Estados Unidos, os afro-americanos também lideraram importantes movimentos pelo direito de estudar, pois nas condições de escravização a educação lhes foi negada e até proibida, uma vez que acessando a escola os negros poderiam tomar consciência das suas condições desiguais.

Ainda sobre o livro de Angela Davis, histórias como a de Frederick Douglass, um ex-escravizado que “libertou-se” dessa condição, tornando-se um grande

escritor, pensador e orador, sendo um exemplo no sonho pelo conhecimento de muitas/os negras/os nas lutas pelo conhecimento, travado no seio de uma sociedade escravocrata norte americana (DAVIS, 1982), marcam essa movimentação. Nessa mesma passagem, lembram-nos do protagonismo das mulheres quando diz que, “as mulheres brancas do Norte foram ao Sul durante a reconstrução para apoiar as suas irmãs negras que estavam absolutamente determinadas a terminar com a iliteracia entre os milhões de escravos agrícolas” (DAVIS, p.81, 1982) o que revela uma preocupação comum na busca pelo direito de estudar para o povo negro registrados nas lutas desses movimentos na época.

Indo na mesma linha, Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva e Luiz Alberto Oliveira Gonçalves¹⁵ analisa o papel dos movimentos negros em um artigo intitulado *O Movimento Negro e Educação* e releva, entre outras coisas, uma reflexão de denúncia sobre a escolarização do negro no Brasil.

Olhando para o passado recente das denúncias concernentes ao estado de precariedade da escolarização dos negros brasileiros, encontramos os seguintes tipos de registro: a) produções acadêmicas voltadas exclusivamente para os problemas atuais da educação dos negros; b) relatórios resultantes de encontros regionais do movimento negro, dando atenção especial aos problemas da educação; e c) depoimentos de antigos militantes que combateram a discriminação racial em nossa sociedade, nos anos 20 e 30, e nos anos 50, falando do significado da educação para si e para a população negra em geral. (GONÇALVES; SILVA, p. 134, 200)

Como se vê, o Brasil é marcado pelas lutas em prol da educação e as mulheres negras desenvolveram papel decisivo desse movimento, protagonizando diversas vezes tais movimentos, sempre resistindo e criando meios de subverter as lógicas de opressão frente às possibilidades de desistência, assim como fazem as mães negras trabalhadoras domésticas. Não obstante, sua importância nem sempre foi reconhecida na historiografia brasileira, ou pelo menos, não foi tratada de forma justa o peso de sua contribuição. A elas foram reservados o lugar da invisibilização,

¹⁵ Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva é doutora em Ciências Humanas, área de educação e professora adjunta docente da Universidade Federal de São Carlos. Publicou *História de Operários Negros* (Porto Alegre, EST, Nova Dimensão, 1987). Luiz Alberto Oliveira Gonçalves é doutor em sociologia e professor adjunto da Universidade Federal de Minas Gerais. Entre suas publicações destacam-se: *Le Mouvement noir au Brésil*. (Lille, Presses Universitaires Septentrion, 1997). Os dois autores publicaram em conjunto: *O Jogo das Diferenças: multiculturalismo e seus contextos* (2. ed., Belo Horizonte, Autêntica, 2000).

na medida em que não se reconheceu para além de suas condições de sujeitos subalternizados, seu pertencimento histórico e legado epistemológico para a história.

O período do pós-abolição no Brasil caracterizou-se como um momento da constituição de uma identidade nacional, que ganhou impulso na década de 1930¹⁶, na qual se buscou, entre outras coisas, apagar da memória coletiva o passado escravocrata onde manteve por 500 anos. Agora, essa herança era vista como um mal do passado e precisava ser extinto do imaginário nacional — no entanto, sabemos que mesmo após a abolição as práticas da escravidão permaneceram durante muitos anos no seio da sociedade — a começar pela (r)escrita de sua História.

Não obstante, o Brasil precisava ainda justificar a sua miscigenação, e torna-la positiva, pois contava com uma quantidade significativa de “mestiços” entre a maioria da população. É justamente nesse momento que surge o mito da democracia racial no Brasil, tendo como referência os trabalhos de Gilberto Freyre, considerado um dos mais importantes sociólogos do século XX, e que se destaca pela sua conhecida obra *Casa Grande & Senzala*, publicada nesse período. Nela ele diz que “Todo brasileiro, mesmo o alvo, de cabelo louro, traz na alma, quando não na alma e no corpo [...] a sombra, ou pelo menos a pinta, do indígena ou do negro [...]” (p.368) o que demonstra o apelo a tornar a miscigenação “admirável”.

Freyre (1977) ainda nos mostra em um trecho no capítulo IV, intitulado “O escravo negro na vida sexual e de família do brasileiro”, a imagem a qual estava associado às mulheres negras nesse período, nos ajudando a melhor compreender o cenário:

Da escrava ou sinhama que nos embalou. Que nos deu de mamar. Que nos deu de comer, ela própria amolengando na mão o bolão de comida. Da negra velha que nos contou as primeiras histórias de bicho e de mal-assombrado. Da mulata que nos tirou o primeiro bicho-de-pé de uma coceira tão boa. Da que nos iniciou no amor físico e nos transmitiu, ao ranger da cama-de-vento, a primeira sensação completa de homem. Do moleque que foi o nosso primeiro companheiro de brinquedo (FREYRE, p. 398, 1977).

Não há dúvidas sobre a importante contribuição desse autor para a historiografia brasileira, bem como a utilidade histórica de sua grandiosa obra. No entanto, apesar de outros autores terem criticado, refutado e até reinterpretado suas ideias, a verdade é que o mito criado em torno de sua obra, tem implicações sociais

¹⁶ Ver mais em: FIORIN, José Luiz. A construção da identidade nacional brasileira. São Paulo: Bakhtiniana, 2009.

até nos dias de hoje. E o interesse em trazê-la é justamente porque revela as bases teóricas com as quais o imaginário coletivo foi constituído, pois contribuiu para uma visão negativa e estereotipada dos corpos das pessoas negras — como também a do indígena —, e de forma particular das mulheres negras, contribuindo também para uma naturalização da imagem degradante do negro, hoje reforçado pela grande mídia e pelos meios de comunicação no geral.

Não obstante, naturalizou-se os corpos das mulheres negras hora para o trabalho doméstico e nas plantações, hora para a satisfação dos desejos sexuais dos homens brancos, sendo hipersualizada. Além disso, essa obra representa um dos principais pensamentos disseminados naquela época, do qual não foi “apagado” do imaginário social como se pretendia, principalmente quando encontramos ainda hoje dificuldades em revelar o racismo estrutural do Brasil.

Para dialogar trago também Pacheco (2013), que conversa na mesma linha com Hooks (1995), e fala sobre a representação dos corpos das mulheres negras no período pós-escravidão nos Estados Unidos, e onde podemos fazer um paralelo para o contexto brasileiro, podendo ser observado na seguinte passagem:

[...] Mais que qualquer grupo de mulheres nesta sociedade, as negras têm sido consideradas ‘só corpo, sem mente’. A utilização de corpos femininos negros na escravidão como incubadoras para a geração de outros escravos era a exemplificação prática da ideia de que as ‘mulheres desregradadas’ deviam ser controladas. Para justificar a exploração masculina branca e o estupro das negras durante a escravidão, a cultura branca teve que produzir uma iconografia de corpos de negras que insistia em representá-las como altamente dotadas de sexo, a perfeita encarnação de um erotismo primitivo e desenfreado. (PACHECO 2013, apud HOOKS, 1995, p. 469)

Essa mesma autora levanta em sua tese de doutorado as discussões em torno da solidão das mulheres negras na Bahia e no Brasil, tema muito atual que descreve as especificidades das mulheres negras nas relações afetivas evidenciando a vulnerabilidade emocional com a qual elas são submetidas. Não à toa são a maioria entre as mulheres solteiras, não que ser solteira seja um problema em si, mas que revela nesse dado uma tendência ao preterimento de mulheres negras nas relações afetivas. Citando Osmundo de Araújo Pinho¹⁷ ela vai mostrando nesse trabalho como os discursos ideológicos de raça e gêneros estruturam um

¹⁷ Pinho, Osmundo de Araújo. O efeito do sexo: políticas de raça, gênero e miscigenação, Cadernos Pagu (23), julho-dezembro de 2004, pp. 89-119.

conjunto de práticas que incidem sobre os corpos das mulheres negras, identificando três tipos de estereótipos negativos sobre elas:

Além do estereótipo da “mulata sexual”, Pinho identificou o estereótipo naturalizado da Baiana de Acarajé, que circula nos grandes centros históricos e turísticos da cidade de Salvador como uma figura folclórica “Ora, a imagem da Bahia é a repetição da imagem da crioula escrava”. O terceiro estereótipo associa à imagem da mulher negra que “é [...] a empregada doméstica, a criada e a ama-de-leite. Também nesse caso o motivo é colonial e escravista”. É evidente que o autor está se referindo a tais imagens folclorizadas na forma como a sociedade percebe o trabalho das baianas de acarajé e das trabalhadoras domésticas, associando-as ao trabalho visto e tratado como se fosse escravo. Isso se expressa, inclusive, na desvalorização e desqualificação do chamado trabalho informal e doméstico exercido por boa parte das mulheres negras na Bahia. (PACHECO, 2008, p.12, apud PINHO, 2004, p. 113)

Ao identificar esses estereótipos nessas referências, podemos perceber que as bases que construíram o imaginário negativo sobre as mulheres negras na Bahia têm relação direta com os resquícios da escravização no Brasil e que hoje ressoa implicações diversas tanto no âmbito cultural, social e interpessoal das relações.

E para elucidar melhor esse cenário trago o exemplo do longa-metragem: *Doméstica*, produzido por Gabriel Mascaro em 2012 com seus personagens reais e sem efeitos especiais que revelam um olhar aberto sobre o ambiente familiar e a complexa relação do trabalho doméstico no Brasil. Sete adolescentes registram por uma semana suas empregadas domésticas onde *Dilma dos Santos Souza, Flávia Santos Silva, Helena Araújo, Lucimar Roza, Maria das Graças Almeida, Sérgio de Jesus e Vanuza de Oliveira* formam o retrato, simplificado, porém elucidativo das complexas relações de afeto, violências e lugares subalternizados que o trabalho doméstico possibilita.

É possível perceber nas realidades vivenciadas no filme a perigosa lógica do “*é quase da família*” em que abre brecha para a exploração do trabalho, pois afasta a ideia da relação entre patrão/empregado e dos direitos trabalhistas, aproximando de uma intimidade afetiva inevitável, mas que se não ponderada gera ambiguidades e injustiças nessa relação. O fato de a maioria das trabalhadoras residirem no ambiente do trabalho me chamou atenção, por justamente ser o fato propiciador da fusão entre o ambiente de trabalho e do local residência, confundindo-se, gerando ambiguidades passíveis de exploração e abusos, pois a ideia é que a/o trabalhadora/or esteja sempre à disposição da patroa/patrão. Outro elemento que

me saltou aos olhos foi o tempo de serviço que tinham nas casas dessas famílias, quase uma vida inteira. Muitas delas, tal como a *Vanuza* que chegou à casa da família para brincar com a filha dos antigos patrões de sua família e acabou cuidando de sua “amiga”(!?) e os filhos dela, deixando, por vezes, de constituir de sua própria família.

No entanto, essas mulheres sempre lutaram e sonharam por uma vida mais digna dando razão a sua importância no incentivo e, mais do que isso, na promoção à educação de suas filhas/os, mesmo com as políticas de ações afirmativas, foram resistentes e fundamentais para o processo. Estudar em uma universidade era algo antes pensado apenas para as/os filhas/os das/os patroas/patrões, em sua maioria brancos.

As políticas de ação afirmativa no combate às desigualdades visam oferecer uma reparação social devido às discrepantes diferenças de oportunidades entre grupos brancos e não-brancos motivados pelo racismo e por outras formas de opressão (MUNANGA, 2001). A cidade de Salvador composta demograficamente por sua maioria negra travou nos seios das universidades o debate da adoção das cotas para reparar desigualdades raciais e sociais, alvo de muitos ataques desde sua aplicação. Esse cenário não difere de outras partes do Brasil em que essa política foi adotada, uma vez que:

Não era possível imaginar as propostas de ação afirmativa num país onde há pouco tempo se negavam os indícios de preconceitos étnicos e de discriminação racial. Dezenas de anos, os movimentos sociais negros lutaram duramente para arrancar da voz oficial brasileira a confissão de que esta sociedade é também racista.” (MUNANGA, 2001, p.35).

Apontando, nesse sentido, para uma resistência na adoção de tais políticas na medida em que expõe, em certa medida, o mito da democracia racial que deu base ao imaginário da cultura nacional. Não à toa, uma parcela dessa juventude são as/os filhas/os dessas mesmas trabalhadoras domésticas citadas anteriormente em que busco trazer com essa pesquisa e as realidades que revelarão suas estreitas relações.

Analisando os impactos das ações afirmativas na Bahia¹⁸, a partir de 2005 a 2012, o percentual de candidatos negros (pretos e pardos) ingressos na Universidade Federal da Bahia revela um quantitativo ainda maior, passando a se situar acima de 70% dos inscritos. Já a partir de 2007, houve uma expansão de vagas com a criação de cursos de progressão linear, cursos noturnos nos campi de Salvador e cidades do interior. Os pardos variam entre 56,2% (2005) para 53,3% (2012) e os pretos têm uma menor variação entre 21,1% e 21,6%, respectivamente. (SANTOS; QUEIROZ, p. 39-40, 2013).

Ainda que as ações afirmativas tenham gerado um crescimento na participação dos segmentos étnico-raciais no superior, por trás desses números existem histórias de vida reais de mulheres que batalharam para que suas filhas/os pudessem acessar tais políticas, uma vez que não basta apenas criar tais políticas, é necessário que ofereça condições reais de acesso e permanência. Muitos jovens de baixa renda, devido à violência policial, nem conseguem acessar essas políticas, pois ou são encarcerados ou mortos. Dessa forma o que quero mostrar é que as mulheres negras trabalhadoras domésticas têm importância significativa em oferecer meios para que esses jovens acessem e permaneçam estudando.

5. METODOLOGIA

Para a realização da pesquisa que visa investigar a relação das mulheres negras, trabalhadoras domésticas, no acesso e permanência das/os filhas/os no ensino superior após a implementação das ações afirmativas na educação, este trabalho contará com uma abordagem qualitativa na sua investigação. Inicialmente fazendo uma revisão da literatura dos estudos realizados sobre a temática específica, trazendo as principais análises já desenvolvidas sobre o tema. Como aporte, serão analisados os documentos dos alunos cotistas nos períodos de 2005 a 2018 dos cursos de Licenciatura em História, Medicina, Letras, Ciências Sociais e Comunicação da Universidade Federal da Bahia, após políticas de ações afirmativas. E por meio disso, poder construir uma rede de cooperativa de estudantes cujas mães são trabalhadoras domésticas. A partir daí, realizar

¹⁸ Ver mais em: *Impactos das Cotas nas Universidades Brasileiras (2004 – 2012)* disponível em: <file:///C:/Users/MariaHel%C3%B4/Downloads/O%20impacto%20das%20cotas%20nas%20universidades%20brasileiras%20JOCELIO%20(1).pdf>

entrevistas com essas famílias, e acompanhar os percursos e profundidades de suas trajetórias de vida histórias evidenciando as suas conexões.

Gerhardt e Silveira (2009) dizem que, diferente das abordagens quantitativas, na pesquisa qualitativa não se prioriza as questões numéricas, pelo contrário, se preocupa em investigar profundamente para compreender a complexidade de uma realidade social. Deste modo, o pesquisador/a busca “explicar o porquê das coisas, exprimindo o conveniente a ser feito, mas não quantificam os valores e as trocas simbólicas nem se submetem à prova de fatos” (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 35).

Portanto, o que se procura investigar aqui são os significados subjetivos da realidade específica destas famílias, mesmo quando os dados quantitativos possam auxiliar nas investigações. Ao mesmo tempo, nesse tipo de abordagem, o pesquisador é ao mesmo tempo sujeito e objeto, uma vez que sempre haverá, no momento da interação, a troca de conhecimentos. Esse tipo de pesquisa é bastante utilizado nas ciências sociais e por trazer elementos diversos no campo das ciências em lidar com questões sociais e culturais, torna-se importante para os objetivos apresentados. Conforme Gerhardt e Silveira

A pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. Aplicada inicialmente em estudos de Antropologia e Sociologia, como contraponto à pesquisa quantitativa dominante, tem alargado seu campo de atuação a áreas como a Psicologia e a Educação [...] (MINAYO, 2001, apud GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 32).

Nesse sentido, se “a pesquisa qualitativa preocupa-se com aspectos da realidade na qual não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais”, utilizar esta abordagem se faz importante, pois possibilita alcançar o objetivo dessa pesquisa. E visa analisar a importante relação das mulheres negras trabalhadoras domésticas no acesso, permanência e formação dos seus filhas/os no ensino superior, a fim de visibilizar o papel dessas mulheres na transformação da sociedade.

Podendo servir também como base teórica para criação de políticas pública para redução das desigualdades sociais, bem como auxiliar outras pesquisas, além de possibilitar análises subjetivas dos fatos e ações sociais. Tendo o cuidado, entretanto, sobre os limites desse tipo de método, sendo que podem surgir alguns desafios a serem superados. Não pretendendo com isso que a investigação esgote o assunto estudado, além disso, munir dos conhecimentos prévios será imprescindível, pois os resultados obtidos estão longe de tornarem-se certezas prontas e acabadas.

Além disso, será feita uma revisão da literatura como auxílio teórico para sustentação das hipóteses levantadas e alcançar as etapas dos objetivos específicos construindo os resultados gerais, de forma a tentar se aproximar ao máximo das relações sociais envolvidas nessa proposta, que consistirá em uma reflexão crítica da realidade das famílias entrevistadas, gerando posteriormente um conhecimento histórico que será registrado de forma pública.

A revisão da literatura se faz pertinente, pois trará à tona as principais ideias já discutidas por outros autores, levantando as considerações necessárias, sendo possível, mostrar as novas ideias produzidas. Desta maneira, a leitura será indispensável. Igualmente, levantando os conteúdos mais relevantes para otimizar o tempo e poder trabalhar no que for realmente importante, sempre anotando as referências dos textos.

A escolha do material teórico para esse trabalho será guiada pelo recorte temático da pesquisa, na qual trabalhará com as mulheres negras trabalhadoras domésticas cujas/os filhas/os entraram no ensino superior, especificamente no curso de licenciatura em História, Medicina, Letras, Ciências Sociais e Comunicação da Universidade Federal da Bahia - UFBA, nos períodos entre 2005 a 2018, após as políticas de ações afirmativas na educação superior.

A entrevista de campo será uma ferramenta metodológica utilizada nesta pesquisa para a investigação das problemáticas sociais, coletando os dados que serão organizados em um caderno de registros etnográficos.

Assim, serão entrevistadas cinco famílias, na cidade de Salvador, priorizando as mães e os filhas/os, e que estes últimos tenham acessado o ensino superior através das cotas. Para que isso seja feito também será levado em conta a análise de documentos desses (as) estudantes, utilizando-se de documentos públicos

disponibilizados pela universidade dos ingressantes que optaram pelas cotas no processo seletivo. No entanto, tomando cuidado na análise dessas fontes, pois para cada tipo de dados devem-se ter conhecimentos prévios de técnicas para testar tanto a validade quanto a fidedignidade das informações, como bem nos lembra.

A escolha do recorte temático a ser investigado foi feita levando em conta o meu rápido contato com o curso de licenciatura em História no ano de 2010, ano em que ingressei pela primeira vez na universidade pelas políticas de cotas da universidade, no entanto sem ter concluído. Porém, foi possível o contato direto com os colegas dos cursos de Medicina, Ciências Sociais e Comunicação que conheci durante a minha trajetória de movimento estudantil na UFBA, e que ainda mantenho relação, o que possibilitará a criação da proposta da rede de cooperação entre os estudantes desses cursos, e conseqüentemente, facilitará a viabilidade das entrevistas de campos com as famílias. Assim, para as entrevistas, serão utilizados suportes como gravadores, anotações em fichas, e do caderno de registros etnográficos, mediados por uma postura ética, responsável e respeitando o contexto histórico dos envolvidos do início à conclusão da pesquisa.

Isso posto, ao inferir a conexão das relações entre as mulheres negras trabalhadoras domésticas e a promoção de suas filhas/os no ensino superior, quero dizer que esses fenômenos não estão dissociados de outros fenômenos sociais como o racismo e as desigualdades de gênero e classe, ou seja, será analisado tais fenômenos dentro de seu contexto histórico localizado no tempo e num espaço determinados.

7. CRONOGRAMA

1. REALIZAÇÃO DO PROJETO DE PESQUISA

Período 2016.2 a 2018.2	2016.2	2017.1	2017.2	2018.1
Pesquisa bibliográfica preliminar				
Revisão da Literatura				
Leitura e elaboração de resumos e fichamentos				
Elaboração do pré-projeto				
Elaboração projeto final				
Entrega do projeto				

2. REALIZAÇÃO DA PESQUISA

Ano 2019-2021	2019		2020		2021	
Período	Fev-Jun	Jul-Dez	Fev-Jun	Jul-Dez	Fev-Jun	Jul-Dez
Pesquisa bibliográfica						
Leitura e fichamento da literatura						
Produção dos Instrumentos de coletas de dados						
Visita preliminar de campo						
Realização das entrevistas						
Identificação e comparação dos materiais coletados						
Escrita do TCC						
Entrega do TCC						

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este projeto tem o intuito de investigar as estreitas relações do papel das mulheres negras trabalhadoras domésticas no acesso e permanência das/os filhas/os ao ensino superior, mostrando como elas são fundamentais para a transformação da sociedade. Com objetivos de visibilizar sujeitos subalternizados na literatura brasileira, utilizando-se de histórias e trajetórias de vidas e de leituras de autoras/es negras/os, bem como de referências que evidenciem a subalternização dos negros na Bahia e no Brasil. Assim, contribuindo para uma escrita negra, ou seja, feita para e pelos negras/os, podendo colaborar para a criação de uma rede entre jovens cujas mães são ou foram trabalhadoras domésticas, com o intuito de pensar e elaborar meios de combate às desigualdades estruturais a partir das políticas públicas.

Durante a elaboração deste projeto tive algumas dificuldades no que diz respeito ao tempo para a leitura da literatura disponível, por ter que dar conta de uma carga horária extensa de disciplinas requeridas para a conclusão do curso, o que acabou criando alguns obstáculos para a escrita do trabalho, pois entre fichamentos artigos e ensaios foi preciso dividir o tempo entre a escrita do TCC e os textos desses trabalhos. Portanto, para a pesquisa que culminará desse projeto será necessária uma leitura mais aprofundada sobre histórias e trajetórias de vida, por fazer parte de um universo teórico-metodológico muito caro para as ciências sociais, para a historiografia, assim como para realização da pesquisa, o que não foi possível para esse momento.

REFERÊNCIAS

ALVES, Francisca Elenir, **De escrava a cidadã: educação, trabalho e emancipação das trabalhadoras domésticas**. Salvador, 2014.

Atlas da Violência 2017 mapeia os homicídios no Brasil. IPEA e FBSP. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em:

<[Disponível em <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=30253>](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=30253) Acesso em 25, Ago. 2017.

CRENSHAW, Kimberlé. **A URGÊNCIA DA “INTERSECCIONALIDADE**. TEDWomen 2016. Traduzido por Renan Pereira, revisados por Cláudia Sander. 2016. 18 min. Disponível em:

<https://ptbr.tiny.ted.com/talks/kimberle_crenshaw_the_urgency_of_intersectionality> Acesso em: ago. de 2018.

Creuza de Oliveira fala sobre aprovação da PEC das domésticas. Disponível em: <http://www.seppir.gov.br/portal-antigo/noticias/ultimas_noticias/2013/03/creuza-de-oliveira-fala-sobre-aprovacao-da-pec-das-domesticas> Acesso: 22 set. 2018.

DAVIS, Angela. **Mulher, Raça e Classe**. Tradução Livre. Plataforma Gueto_2013. 1ª publicação, Grã Bretanha. 1982. 81-165 p.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n15/n15a09.pdf>> Acesso em: 20 set. 2018.

DOMÉSTICA. Gabriel Mascaro. Eduardo Serrano. Rachel Ellis. Brasil: DESVIA, 2012. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Se5QUGucJMA>> Acesso em: 13 Out. 2018.

FGTS agora é obrigatório para trabalhadores domésticos. Disponível em: <

FIGUEIREDO, Ângela. Gênero: Dialogando com os estudos de gênero e raça no Brasil. **Raça: Novas Perspectivas Antropológicas**. 2.ed. Salvador: EDUFBA, 2008, 237-255 p. Disponível em <<http://books.scielo.org>>. Acesso 31 ago. 2018.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**. 48.ed. Recife: Global Editora, 2003, 368p.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de Pesquisa**. 1.ed. Editora da UFRGS: Rio Grande do Sul, 2009. 32-35 p

<<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/10/fgts-e-obrigatorio-para-domesticos-a-partir-de-hoje-saiba-mais>> Acesso em: 28 out. 2017.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada, **Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça - 1995 a 2015**. Disponível em:

<http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/170306_retrato_das_desigualdades_de_genero_raca.pdf> Acesso: 22 set. 2018.

LIMA, Márcia; RODRIGUES, Marta. **Trabalho doméstico no Brasil: Afetos Desiguais e As Interfaces de Classe, Raça e Gênero**. 2016. p.1-8 .

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da Metodologia Científicos**. Ed.5. São Paulo. Atlas S.A. 2003

MARIA, Sônia. **Entre a escola pública e a universidade**: longa travessia para jovens de origem popular. Observatório da vida estudantil: primeiros estudos [online]. Salvador: EDUFBA, 2011, 27-51 pp.

MUNANGA, Kabengele. **Políticas De Ação Afirmativa Em Benefício Da População Negra No Brasil**: Um Ponto De Vista Em Defesa De Cotas. 2001, p. 35.

NASCIMENTO, Beatriz. **O negro, da senzala ao soul**. Direção: Gabriel Priolli e Delfino Araújo. São Paulo: TV Cultura, 1977. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=5AVPrXwxh1A&t=4s>>. Acesso em: 10 set. 2018.

OLIVEIRA, Ana Luíza Matos de. **Economia**: Pobreza, desigualdade e aspectos autoritários no Brasil de hoje. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/brasil-debate/pobreza-desigualdade-e-aspectos-ditatoriais-no-brasil-de-hoje>>. Acesso em: 13 Ago. 2017.

PACHECO, Ana Claudia Lemos. **“Branca para Casar, Mulata para F..., Negra para Trabalhar”**: Escolhas Afetivas e Significados de Solidão Entre Mulheres Negras em Salvador, Bahia. Campinas, 2008. 12-13 p.

PACHECO, Ana Claudia Lemos. **Mulher Negra**: Afetividade e Solidão. Edufba: Salvador, 2013. 113 p.

SANTOS, José Teles dos; QUEIROZ, Delcele Mascarenhas. **Impactos das Cotas nas Universidades Brasileiras (2004 – 2012)**. Impacto das Cotas na Universidade Federal da Bahia (2004-2012), Salvador: CEAO, 2013. Disponível em: <[file:///C:/Users/MariaHel%C3%B4/Downloads/O%20impacto%20das%20cotas%20nas%20universidades%20brasileiras%20JOCELIO%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/MariaHel%C3%B4/Downloads/O%20impacto%20das%20cotas%20nas%20universidades%20brasileiras%20JOCELIO%20(1).pdf)> Acesso em: 24 set. 2018.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e; GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira. **Movimento negro e educação**. 200. 134 p.